

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.871 - PE (2018/0246595-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
RECORRIDO : INES LINO CARNEIRO
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172
JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B
JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(S) - PE047516

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. LEGITIMIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA REJEITADA. PENSÃO POR MORTE TEMPORÁRIA DE EX-SERVIDOR PÚBLICO. FILHA MAIOR, SOLTEIRA E NÃO OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO. ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 3.373/58. CUMULAÇÃO COM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO). POSSIBILIDADE. CANCELAMENTO INDEVIDO. RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL IMPROVIDAS.

I - A Universidade Federal de Pernambuco - UFPE é parte legítima para figurar no polo passivo da lide, uma vez que, além de detentora de capacidade processual e personalidade jurídica própria, assim como autonomia administrativa e financeira, foi ela quem, com base no entendimento do TCU sobre a matéria, determinou a supressão do benefício de pensão recebido pela ora requerida. Preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* afastada.

II - Dado que a pensão temporária instituída com base no art. 5º, II, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, trata-se de benefício concedido mediante expressa, ou seja, condicionado ao contínuo condição resolutive preenchimento dos requisitos legais, a contagem do prazo decadencial inicia-se a partir do momento em que a beneficiária deixa de satisfazer as condições legais exigidas para a habilitação à pensão. Prejudicial rejeitada.

III - Hipótese de remessa oficial e de apelação interposta pela

Superior Tribunal de Justiça

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE em face da sentença que, julgando procedente o pedido deduzido na petição inicial, determinou a manutenção do pagamento da pensão percebida pela autora, na forma do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58.

IV - Ao teor da súmula nº 340 do STJ, a concessão da pensão por morte rege-se pela norma vigente à data do óbito do segurado, em homenagem ao princípio *tempus regit actum*. Assim, na espécie, constatado que o instituidor do benefício era funcionário público e que faleceu em 18/03/1970, antes da Lei nº 8.112/90, aplica-se o disposto na Lei nº 3.373/58.

V. É reconhecido o direito da autora à pensão por morte temporária, na condição de filha maior de 21 anos, solteira e não ocupante de cargo público permanente, de ex-servidor público federal falecido em 18/03/1970, nos termos do art. 5º, II, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58.

VI. A circunstância da postulante receber provento de aposentadoria vinculado ao RGPS, por ter trabalhado em empresa privada, não pode ensejar a perda da pensão civil por ela recebida, à míngua de dispositivo legal que imponha essa providência. Precedentes.

VII. Não tem amparo legal a exigência da UFPE de que a beneficiária comprove a dependência econômica em relação aos genitores para fazer jus à concessão da pensão temporária prevista no art. 5º da Lei nº 3.373/58.

VIII. Apelação e remessa oficial improvidas" (fl. 363e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 5º, II, parágrafo único, da Lei 3.373/58 e 485, VI, do CPC/2015, sustentando que:

"DA AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE DA UFPE .
CUMPRIMENTO DE ATO EMANADO DO TRIBUNAL DE
CONTAS DA UNIÃO.

A sentença merece reforma no tocante a legitimidade da UFPE para figurar no polo passivo da demanda, posto que a UFPE é parte ilegítima para figurar no polo passivo do presente feito. É inegável que a existência da legitimidade passiva tem a ver com a existência do direito material e de circunstâncias que indicam existir uma responsabilidade do demandado em relação ao demandante. Se não ocorrer essa relação de direito material, sob o enfoque da responsabilidade, não pode haver legitimidade passiva.

No caso em tela, a UFPE apenas cumpriu ordens do Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

Contas da União, com base na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 13/2013, bem ainda, as determinações do Acórdão nº 892/2012 e 2.780/2016, ambos do E. TCU - Tribunal de Contas da União, o que demonstra a necessidade de imediata extinção da ação por falta de uma de suas condições essenciais, uma vez que há total ilegitimidade passiva *ad causam* da parte que figura na qualidade de ré.

O disposto no Acórdão do TCU informando as providências a serem tomadas, não deixa dúvida no sentido de que a UFPE atuou em pleno respeito aos princípios da Legalidade, da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado e das regras de competência no âmbito da Administração Pública Federal.

(...)

Resta claro, portanto, que a UFPE não detém mais do que mera competência executória e vinculada para exercer o ato ora impugnado que, à ordem emanada do TCU, deve ser cumprido.

Assim, requer a UFPE a reforma do acórdão para que seja extinto o feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI, do CPC.

Uma vez reconhecida a legitimidade da UFPE para ocupar o polo passivo da ação, o que se admite apenas em apego ao debate, resta irrefutável a necessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário, mediante o ingresso da União – representando judicialmente o TCU - no feito, fim de que seja assegurado o direito de defesa dos atos praticados por suas Autoridades, que foram as responsáveis pela decisão questionada em Juízo, sob pena de total nulidade do processo, por falta de uma de suas condições essenciais.

Ultrapassadas as preliminares acima, no mérito demonstrará a ré nas linhas subsequentes o total descabimento da sentença ora recorrida.

DA INEXISTÊNCIA DO DIREITO A PERCEPÇÃO DE PENSÃO TEMPORÁRIA PREVISTA NA LEI 3.373/58.

O cerne da demanda diz respeito à possibilidade de percepção de pensão, nos termos do art. 5º, II, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, independentemente da existência de dependência econômica.

Assim dispõe o aludido dispositivo legal, *in verbis*:

(...)

Em que pese o dispositivo legal supra não fazer menção expressa à dependência econômica do beneficiário da pensão, é óbvio que a tal condição configura requisito indispensável à percepção do benefício em tela, visto que seria absurdo o recebimento de pensão por pessoa maior que possui recursos próprios suficientes para o seu sustento.

A melhor hermenêutica jurídica exige que o dispositivo legal supra não seja interpretado de maneira literal, dispensando o requisito essencial

indispensável ao pagamento de toda e qualquer pensão, qual seja a existência de dependência econômica.

(...)

A concessão da pensão tinha, pois, o objetivo de conferir à filha os meios necessários à subsistência, até que por outro modo - casamento ou cargo público permanente - fossem garantidos.

Desta forma, é evidente que, como no caso em tela, o emprego e posterior aposentadoria na iniciativa privada, põe-se par a par com o cargo público, na medida em que também envolve a obtenção do sustento e demonstra a capacidade, não apenas laboral, como também de inserção no mercado de trabalho.

Como se vê, a interpretação literal do dispositivo afasta o intuito da norma, qual seja, a proteção da estabilidade financeira da família do servidor. De forma contrária, o entendimento de manutenção da pensão a filha que, mesmo não exercendo cargo público, mas recebendo aposentadoria decorrente de vínculo laboral junto a iniciativa privada, apenas favorece um enriquecimento sem causa por parte da pensionista.

Outro ponto a se destacar é que de forma alguma a dependência econômica pode se confundir com manutenção de padrão de vida, pela própria realidade social e econômica nacionais. Justamente prevendo situações como essa, a proposta do Ministro Revisor do Acórdão 2.780/2016-Plenário-TCU foi a de possíveis na análise, prendendo-se ao conceito constitucional de subsistência afastar as subjetividades condigna, no que foi acompanhado pelos demais. E o Plenário da Corte de Contas aprovou comandos que não autorizam a interpretação pretendida pela autora, ora agravada, valendo ressaltar o seguinte:

(...)

Portanto, e considerando que é incontroverso nos autos que a pensionista ora beneficiária de aposentadoria, descaracterizada está a dependência econômica, o que impõe a cessação do pagamento de pensão. Não se pode entender que o princípio da legalidade invocado na inicial ampare a pretensão da parte autora. Obviamente, como já se afirmou, a legislação anterior à ordem constitucional vigente tem que receber interpretação compatível com a Constituição, pois só assim poderia ter sido por ela recepcionada.

Aliás, este tem sido o procedimento do nosso judiciário que, na aplicação do direito, não se apegua a literalidade da Lei, antecipando-se, muitas vezes a própria legislação, como ocorreu no caso da união estável, onde se reconheceu direitos em igualdade com

Superior Tribunal de Justiça

os casados pela lei civil, antes mesmo de qualquer iniciativa legislativa. Não há, ademais, que se falar em pois, a partir do momento direito adquirido à percepção da pensão, que os requisitos exigidos para a sua manutenção não mais subsistem, a pensão deve ser cancelada.

Ora, a própria lei instituidora do direito qualificou-a como temporária (art. 5º, II, da Lei 3.373/58), o que está a indicar que o benefício é devido enquanto estiverem presentes os seus pressupostos. E, sendo a dependência econômica, na esteira da interpretação dada à legislação, um pressuposto para a manutenção do benefício, deve o benefício ser cancelado quando esta não se fizer mais presente.

Da mesma forma, não ampara o pedido inicial o disposto no art. 2º, XIII, da Lei 9.784/99. se está diante de aplicação retroativa de nova interpretação. Ao contrário, justamente com base no dispositivo em questão, o acórdão do TCU que determinou a instauração do processo administrativo tendente à cessação do pagamento da pensão expressamente determinou que o cancelamento das pensões ao final tidas como irregulares não poderia acarretar qualquer obrigação de restituição de valores pelas beneficiárias. Ademais, avulta aqui o princípio da legalidade e a necessidade de sua preservação, a afastar a alegação de decadência.

(...)

Portanto, e considerando que a própria apelada reconhece que possui renda, descaracterizada está a dependência econômica, o que impõe a cessação do pagamento de pensão" (fls. 387/401e).

Por fim, "requer que o presente recurso especial seja recebido e devidamente processado, a fim de que lhe seja dado provimento em razão de o acórdão recorrido ter negado vigência a dispositivos de lei federal, determinando-se, por conseguinte, a sua inteira reforma, para julgar totalmente improcedente o pedido de pensão em favor da recorrida" (fl. 402e).

Contrarrazões, a fls. 407/419e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 433e).

A irrisignação merece parcial conhecimento e, nessa parte, não merece prosperar.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrida, objetivando o restabelecimento de pensão temporária por morte, concedida nos termos da Lei 3.373/58.

Julgada procedente a demanda, recorreu a parte ré, restando mantida a sentença, pelo Tribunal **a quo**.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, registre-se que a tese de ilegitimidade passiva da UFPE, por se tratar de mera executora de ato emanado do TCU, não encontra amparo no dispositivo apontado como violado, vez que o art. 485, VI, do CPC/2015 não possui conteúdo normativo do qual se possa extrair citada tese, nem para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Ressalte-se que, na forma da jurisprudência desta Corte, "considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação recursal que alega violação de dispositivos legais cujo conteúdo jurídico não tem alcance normativo para amparar a tese defendida no recurso especial" (STJ, AgInt no AREsp 1.475.659/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 07/11/2019). E mais, "a fundamentação declinada pelo recorrente em suas razões recursais deve guardar pertinência temática com o conteúdo normativo dos dispositivos legais tidos por afrontados, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgInt no AREsp 1.472.307/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/10/2019).

Além disso, ainda que tal óbice sumular pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, observa-se que o Tribunal de origem firmou: "rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, eis que, além de detentora de capacidade processual e personalidade jurídica própria, assim como autonomia administrativa e financeira, foi ela quem, com base no **entendimento** do TCU no Acórdão nº 2780/2016, determinou a supressão do benefício de pensão recebido pela ora requerida" (fl. 358e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

No mais, registre-se que a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, em atenção ao princípio **tempus regit actum**, ocorrendo o óbito do instituidor da pensão temporária por morte na vigência da Lei 3.373/58, a filha de qualquer idade possui a condição de beneficiária, e nela permanece, desde que atenda a dois requisitos, quais sejam, ser solteira e não ocupante de cargo público permanente, isto é, a concessão (e manutenção) **independente de comprovação de dependência econômica**.

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. LEI 3.373/1958. VIGÊNCIA À ÉPOCA DO ÓBITO. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE 21 ANOS. CONDIÇÃO DE

BENEFICIÁRIA.

1. Controverte-se acerca de pensão por morte disciplinada pela Lei 3.373/1958, então vigente à data do óbito de seu instituidor.
2. **A jurisprudência do STJ, com base em interpretação teleológica protetiva do parágrafo único do art. 5º da Lei 3.373/1958, reconhece à filha maior solteira não ocupante de cargo público permanente, no momento do óbito, a condição de beneficiária da pensão temporária por morte.**
3. A respeito do tema, o STF, no julgamento do MS 34873/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin entendeu que 'viola o princípio da legalidade o entendimento lançado no Acórdão 2.780/2016, do TCU, no sentido de que qualquer fonte de renda que represente subsistência condigna seja apta a ensejar o cancelamento da pensão ou de outra fonte de rendimento das titulares de pensão concedida na forma da Lei 3.373/58 e mantida nos termos do parágrafo único do artigo 5º dessa lei'.
4. Extrai-se do referido julgado que a Corte Suprema firmou a orientação de que a lei que rege a concessão de uma pensão por morte é aquela em vigor na data do óbito do titular. **Dessa forma 'enquanto a titular da pensão permanece solteira e não ocupa cargo permanente, independentemente da análise da dependência econômica, porque não é condição essencial prevista em lei, tem ela incorporado ao seu patrimônio jurídico o direito à manutenção dos pagamentos da pensão concedida sob a égide de legislação então vigente, não podendo ser esse direito extirpado por legislação superveniente, que estipulou causa de extinção outrora não prevista'** (MS 34873 AgR, Relator: Min. Edson Fachin, Segunda Turma, julgado em 14/12/2018, DJe-019 DIVULG 31-01-2019 PUBLIC 01-02-2019).
5. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.804.903/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **PENSÃO POR MORTE. LEI 3.373/1958. VIGÊNCIA À ÉPOCA DO ÓBITO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE VINTE E UM ANOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.**

1. Consoante a jurisprudência do STJ, **caso o óbito do servidor público federal tenha ocorrido na vigência da Lei 3.373/1958, a**

filha maior possui a condição de beneficiária de pensão por morte temporária, desde que preenchidos dois requisitos expressamente previstos na referida legislação, quais sejam, ser solteira e não ser ocupante de cargo público permanente, não havendo qualquer exigência da comprovação de sua dependência econômica em relação ao instituidor. Precedente: AgInt no REsp 1.695.392/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 5/6/2018.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.769.258/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/06/2019).

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, ao analisar especificamente o Acórdão 2.780/2016 do TCU, decidiu que, "reconhecida a qualidade de dependente da filha solteira maior de vinte e um anos em relação ao instituidor da pensão e não se verificando a superação das condições essenciais previstas na Lei n.º 3373/1958, que embasou a concessão, quais sejam, casamento ou posse em cargo público permanente, a pensão é devida e deve ser mantida, em respeito aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do *tempus regit actum*" (STF, MS 35.889 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 10/06/2019).

No mesmo sentido, dentre outros:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO 2.780/2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDO COM FUNDAMENTO NA LEI N.º 3.373/1958. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. PRECEDENTES.

1. Este Tribunal admite a legitimidade passiva do Tribunal de Contas da União em mandado de segurança quando, a partir de sua decisão, for determinada a exclusão de um direito. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte considera que o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 23 da Lei n.º 12.016/2009 conta-se da ciência do ato impugnado, quando não houve a participação do interessado no processo administrativo questionado.

3. Reconhecida a qualidade de dependente da filha solteira maior de vinte e um anos em relação ao instituidor da pensão e não se verificando a superação das condições essenciais

previstas na Lei n.º 3373/1958, que embasou a concessão, quais sejam, casamento ou posse em cargo público permanente, a pensão é devida e deve ser mantida, em respeito aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do *tempus regit actum*.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

5. Embargos declaratórios parcialmente acolhidos" (STF, MS 34.677 EMB.DECL. NOS EMB.DECL, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 07/05/2019).

"CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. **ACÓRDÃO 2.780/2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). EXCLUSÃO DE PENSÃO DE FILHA MAIOR E SOLTEIRA COM BASE EM REQUISITO NÃO PREVISTO NA LEI 3.373/1958. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. O prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 23 da Lei 12.016/2009, conta-se da ciência inequívoca do ato impugnado.

2. Segundo o art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958, as hipóteses de exclusão são restritas ao casamento ou posse em cargo público permanente. Dessa forma, a criação de hipótese de exclusão não prevista pela Lei 3.373/1958 (demonstração de dependência econômica) fere o princípio da legalidade.

3. Essa conclusão reflete a posição, recentemente, fixada pela 2ª Turma (Sessão Virtual de 8.3.2019 a 14.3.2019), ao apreciar 265 Mandados de Segurança, todos de relatoria do Ministro EDSON FACHIN, que concluiu pela ilegalidade do mesmo Acórdão 2.780/2016 TCU.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STF, MS 35.414 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 05/04/2019).

Neste contexto, eventual vínculo empregatício privado e/ou recebimento de outro benefício previdenciário não impedem a concessão/manutenção da pensão temporária por morte, desde que atendidos os requisitos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/58.

No mesmo sentido as seguintes decisões: STJ, REsp 1.837.964/PE, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 08/11/2019; STJ, REsp 1.799.100/PE, Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 10/10/2019; STJ, REsp

Superior Tribunal de Justiça

1.817.401/PE, Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 13/09/2019; STJ, REsp 1.817.349/PE, Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 13/09/2019; STJ, REsp 1.819.140/PE, Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 03/09/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora